



Número: **0001587-98.2014.8.18.0031**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba**

Última distribuição : **13/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 7.256,25**

Processo referência: **0001587-98.2014.8.18.0031**

Assuntos: **Pagamento**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
RAIMUNDA CLEMENTINA DA SILVA (INTERESSADO)	JOSE CICERO FERREIRA FILHO (ADVOGADO)
FELIPE DA SILVA SOUSA (AUTOR)	JOSE CICERO FERREIRA FILHO (ADVOGADO)
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (INTERESSADO)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
9435149	28/04/2020 16:10	Certidão	Certidão
9027306	29/03/2020 11:11	Despacho	Despacho
8809563	12/03/2020 14:27	Conclusão	Certidão
8131949	31/01/2020 16:11	Manifestação	Manifestação
8143155	31/01/2020 16:11	PROCURAÇÃO E DOCS (FELIPE DA SILVA)_compressed	Procuração
8018691	24/01/2020 09:17	Intimação	Intimação
7643339	16/12/2019 17:40	Despacho	Despacho
7640510	16/12/2019 09:34	Conclusão	Certidão
7169279	13/11/2019 11:30	Intimação	Intimação
7168831	13/11/2019 11:28	Petição Inicial	Petição Inicial
7169258	13/11/2019 11:28	1587-98.2014	Processo Digitalizado Themis Web



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PARNAÍBA
Av. Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP: 64209-060
E-mail: sec.1varacivelparnaiba@tjpi.jus.br

PROCESSO Nº: 0001587-98.2014.8.18.0031
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO: [Pagamento]
AUTOR(A): RAIMUNDA CLEMENTINA DA SILVA e outros
RÉU(S): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

CERTIFICO que, nesta data, encaminhei o Despacho-Carta de Id 9027306, à parte requerida, via sistema, para os devidos fins.

O referido é verdade. Dou fé.

Parnaíba-PI, 28 de abril de 2020.

IARA FERNANDES PACHECO
Analista Judicial





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

Vara Cível da Comarca de Parnaíba

Avenida Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP:
64209-060

PROCESSO Nº: 0001587-98.2014.8.18.0031

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Pagamento]

INTERESSADO: RAIMUNDA CLEMENTINA DA SILVA

AUTOR: FELIPE DA SILVA SOUSA

Nome: RAIMUNDA CLEMENTINA DA SILVA

Endereço: SAO LEOPOLDO, 2490, PIAUI, PARNAÍBA - PI - CEP: 64210-540

Nome: FELIPE DA SILVA SOUSA

Endereço: Rua São Leopoldo, 2490, Frei Higino, PARNAÍBA - PI - CEP: 64207-028

**INTERESSADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO
DPVAT S.A.**

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**Endereço: 5, R. da Assembléia, 100 - 16º andar, 100, Rua da Assembléia 100,
Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20011-904**

MANDADO

**Em cumprimento ao DESPACHO-CARTA(Provimento CGJ nº38/2014) abaixo
fica a INTERESSADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO
SEGURO DPVAT S.A.
ciente do conteúdo abaixo:**

DESPACHO-CARTA

1.

2. R. h. Concedo os benefícios da gratuidade da Justiça. Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação (NCPC, art.139, VI). Anoto que há razoáveis fundamentos para justificar a facultatividade da designação de tal ato, como, por exemplo, a) o direito fundamental constitucional à autonomia da vontade e à liberdade de contratar; b) o direito fundamental constitucional à duração razoável do processo e dos meios que garantam sua celeridade de tramitação (art. 5º, LXXVIII da CF); c) a norma de direito material que prevê o direito de o credor de não ser obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida (art. 313 do CC); d) o princípio processual de que não há nulidade sem prejuízo, especialmente considerando que é facultada a conciliação às partes em qualquer momento do processo; e) a evidência histórica quanto à evolução do entendimento jurisprudencial no sentido de que não existia obrigatoriedade para a designação de audiência de



conciliação no rito ordinário no regime do CPC/73. Cite-se e intime-se a parte ré para contestar o feito no prazo de 15 dias úteis. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do NCPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do NCPC.

3. DETERMINO QUE O PRESENTE DOCUMENTO SIRVA, AO MESMO TEMPO, COMO DESPACHO E COMO MANDADO/CARTA, PARA CUMPRIMENTO PELOS CORREIOS MEDIANTE CARTA ARMP.

PARNAÍBA-PI, 29 de março de 2020.

HELIOMAR RIOS FERREIRA

Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PARNAÍBA
Avenida Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP: 64209-060
E-mail: sec.1varacivelparnaiba@tjpi.jus.br

PROCESSO Nº: 0001587-98.2014.8.18.0031
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO: [Pagamento]
AUTOR(A): RAIMUNDA CLEMENTINA DA SILVA e outros
RÉU(S): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CONCLUSÃO

Diante da manifestação da parte autora (Id. 8131949), faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de PARNAÍBA para despacho.

O referido é verdade. Dou fé.

Parnaíba, 12 de março de 2020.

LUCAS CUNHA DOS SANTOS
Analista Judicial



Exmo. (a). Sr. (a). Dr. (a). Juiz (a) de Direito Titular da 1º Vara Cível da Comarca de Parnaíba (PI).

Ref. Processo nº 0001587-98.2014.8.18.0031

FELIPE DA SILVA SOUSA, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, vem respeitosamente, por meio de seu advogado infra-assinado, e em atenção ao despacho da lavra de Vossa Excelência de Id7643339, informar, que possui total interesse no prosseguimento do feito, O que de já se requer. Informa ainda, que neste ato junta instrumento procuratório, tendo em vista a maioria do autor.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Parnaíba, 31 de Janeiro de 2020.

JOSÉ CÍCERO FERREIRA FILHO
OAB/PI Nº 6858



PROCURAÇÃO AD-JUDICIA

OUTORGANTE(S): FELIPE DA SILVA SOUSA, Brasileiro, solteiro, atualmente desempregado, portador do RG. nº 3.832.731 SSP-PI, inscrito no CPF sob o nº 069.953.534-38, residente e domiciliado na Rua São Leopoldo, nº 2490, Bairro urbano, na cidade de Parnaíba, Estado do Piauí.

OUTORGADO: Dr. JOSÉ CÍCERO FERREIRA FILHO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB-PI o nº 6858, ambos com Escritório na cidade de Parnaíba, Estado do Piauí, na Avenida Governador Chagas Rodrigues nº 857-A, Centro, nesta cidade.

PODERES: Por este instrumento particular de mandato, o **OUTORGANTE** confere ao **OUTORGADOS** plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *ad judicia* et extra, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo uma e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando, conferindo-lhe, ainda, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência econômica, conforme estabelecido no Art. 105 do Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, enfim, praticar todos os atos processuais que ache oportuno e conveniente para o fiel cumprimento deste mandato, dando tudo por bom, verdadeiro, firme e valioso.

Parnaíba (PI), 24 de janeiro de 2020.


FELIPE DA SILVA SOUSA
CPF nº 069.953.534-38

Rua Tabajara, 535, São Francisco da Guarita - Cep.: 64.215-210 - Parnaíba-PI
Fone/fax: 3322 4469 – (86) 999280457 e 995049214





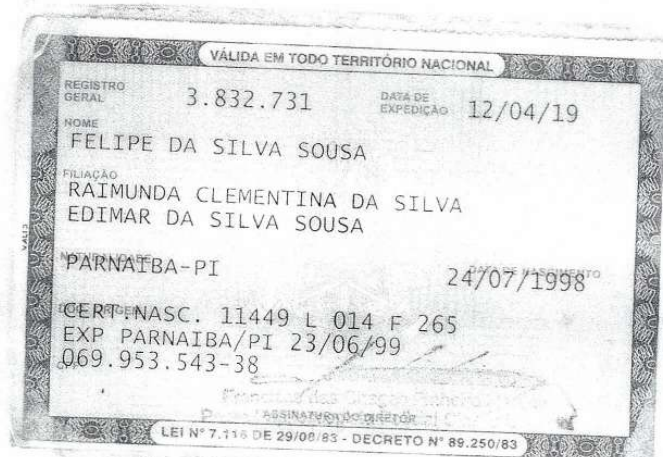
DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, **FELIPE DA SILVA SOUSA**, Brasileiro, solteiro, atualmente desempregado, portador do RG. nº 3.832.731 SSP-PI, inscrito no CPF sob o nº 069.953.534-38, residente e domiciliado na Rua São Leopoldo, nº 2490, Bairro urbano, na cidade de Parnaíba, Estado do Piauí, DECLARO, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tenho condições de arcar com as despesas inerentes ao presente processo, sem prejuízo do meu sustento e de minha família, necessitando, portanto, da **Gratuidade da Justiça**, nos termos do art. 98 e seguintes da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil), e do art. 5º, LXXIV, da Constituição da República. Requeiro, ainda, que o benefício abranja a todos os atos do processo.

Parnaíba (PI), 24 de janeiro de 2020.


FELIPE DA SILVA SOUSA
CPF nº 069.953.534-38







PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PARNAÍBA
Av. Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP: 64209-060
E-mail: sec.1varacivelparnaiba@tjpi.jus.br

PROCESSO Nº: 0001587-98.2014.8.18.0031

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO: [Pagamento]

AUTOR(A): RAIMUNDA CLEMENTINA DA SILVA

RÉU(S): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

AVISO DE INTIMAÇÃO

DESPACHO DE ID 7643339: "{...} Considerando o retorno dos autos ao Egrégio Tribunal de Justiça fixando a competência deste Juízo para processar e julgar o feito, bem como a superveniência da maioria do autor, intime-o para, no prazo de 10 (dez) dias, dizer se possui interesse no prosseguimento do feito, e, caso o tenha, colacione aos autos procuração outorgando poderes ao seu causídico."

Parnaíba-PI, 24 de janeiro de 2020.

RAYOANA LEAL RODRIGUES
Estagiário(a) Mat. 28771





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

1ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba

Avenida Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP:
64209-060

PROCESSO Nº: 0001587-98.2014.8.18.0031

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Pagamento]

INTERESSADO: RAIMUNDA CLEMENTINA DA SILVA

**INTERESSADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO
DPVAT S.A.**

DESPACHO

R. h.

Considerando o retorno dos autos ao Egrégio Tribunal de Justiça fixando a competência deste Juízo para processar e julgar o feito, bem como a superveniência da maioria do autor, intime-o para, no prazo de 10 (dez) dias, dizer se possui interesse no prosseguimento do feito, e, caso o tenha, colacione aos autos procuração outorgando poderes ao seu causídico.

Diligências necessárias.

PARNAÍBA-PI, 16 de dezembro de 2019.

HELIOMAR RIOS FERREIRA

Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PARNAÍBA
Avenida Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP: 64209-060
E-mail: sec.1varacivelparnaiba@tjpi.jus.br

PROCESSO Nº: 0001587-98.2014.8.18.0031
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO: [Pagamento]
AUTOR(A): RAIMUNDA CLEMENTINA DA SILVA
RÉU(S): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico que, após a Decisão do TJPI (Id. 7169258 - Pág. 54) faço os autos conclusos.

O referido é verdade. Dou fé.

SIMONE LEITE DE SOUZA
Analista Judicial - Mat. nº 3518

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de PARNAÍBA, Dr. HELIOMAR RIOS FERREIRA para despacho/decisão/sentença.

Parnaíba, 16 de dezembro de 2019.

SIMONE LEITE DE SOUZA
Analista Judicial - Mat. nº 3518





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA DA COMARCA DE PARNAÍBA

Avenida Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP: 64209-060

PROCESSO Nº: 0001587-98.2014.8.18.0031

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO: [Pagamento]

AUTOR(A): RAIMUNDA CLEMENTINA DA SILVA

RÉU(S): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

CERTIFICO a conclusão da virtualização dos presentes autos, que tramitava no Sistema Themis Web e que passará a tramitar exclusivamente no Sistema Judicial Eletrônico - PJe, nos termos do Provimento CGJ nº. 17 de 24 de outubro de 2018.

CERTIFICO ainda que a presente certidão não servirá para contagem de prazo processual em curso, sendo somente para informação acerca da conclusão da virtualização.

Parnaíba-PI, 13 de novembro de 2019.

RAYOANA LEAL RODRIGUES

Estagiário(a) Mat. 28771



CERTIDÃO

Atesto, para fins do Art. 5º do provimento nº 17/2018, Corregedoria, haver realizado a migração do Sistema Themis Web para o Sistema Processo Judicial Eletrônico, Pje, do processo abaixo identificado:

PROCESSO Nº 0001587-98.2014.8.18.0031

CLASSE: Procedimento Comum Cível

Autor: RAIMUNDA CLEMENTINA DA SILVA

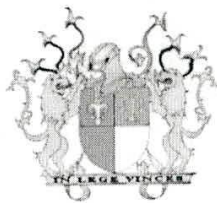
Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONCSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

Certifico, ainda, que foram juntados do Sistema Themis Web ao Processo Judicial Eletrônico, Pje, os arquivos das movimentações geradas automaticamente.

Rayoana Leal Rodrigues

Estagiário(a) Mat. 28771





0001587-98.2014.8.18.0031

ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE PARNAÍBA

1ª VARA

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

ASSUNTO(S):

Adimplemento e Extinção - Pagamento

Tipo da Distribuição
SORTEIO

Data da Distribuição
02/05/2014

AUTOR:

RAIMUNDA CLEMENTINA DA SILVA

ADVOGADO(A): JOSE CICERO FERREIRA FILHO

RÉU:

SEGURADORA LÍDER DOS CONCSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

SEM ADVOGADO(A)S

0001587-98.2014.8.18.0031



PODER JUDICIÁRIO - ESTADO DO PIAUÍ
JUIZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL - COMARCA DE PARNÁIBA
Av. Pres. Vargas, nº. 735 - CEP 64200-200 - Fone: - 3322-1531 - Parnaíba - Piauí

Termo de Audiência de Instrução e Julgamento

Aos doze dias do mês de Junho do ano de dois mil e treze, nesta cidade e Comarca de Parnaíba, Estado do Piauí, às 12:30 horas, na sala das audiências da 3ª Vara Cível, onde se achava Excelentíssima Senhora Doutora Gláucia Mendes de Macêdo, Juíza de Direito da 3ª Vara Cível em exercício, comigo Oficial de Gabinete ao seu cargo, infra-assinado, para audiência de Conciliação, Processo nº. 593-07.2013.8.18.0031 - Divórcio Consensual que tem como Requerente FRANCISCO FABRICIO RIBEIRO DE SOUSA RYANI OLIVEIRA CEZAR DE SOUSA. Presentes as partes acompanhados do Dr. José Luiz de Carvalho Junior, e a Representante do Ministério Público Dra. Maria Socorro Nascimento Carlos da Cunha Silveira.

Iniciada a audiência, observando as formalidades legais, a MM Juíza inquiriu as partes sobre a possibilidade de reconciliação, sendo por elas manifestada a impossibilidade do retorno à vida comum. Em seguida, as partes ratificaram o desejo de divorciarem, mantendo as cláusulas expostas na inicial. Com a palavra, douta representante do Ministério Público emitiu o seguinte parecer: "*MM Juíza, observadas as formalidades legais, os direitos dos menores estão resguardados, razão pela qual opinamos pela homologação do acordo, para que produza seus efeitos legais. É o parecer.*". Em seguida a MM Juíza prolatou a seguinte sentença: "***Trata-se de Ação de Divórcio Consensual ajuizada por FRANCISCO FABRICIO RIBEIRO DE SOUSA e RYANI OLIVEIRA CEZAR DE SOUSA. Tramitação do feito regular até a presente audiência, oportunidade em que as partes ratificaram em juízo os termos da inicial e o desejo de se divorciarem. Presente na audiência, a douta representante do Ministério Público opinou pela homologação do acordo, com a decretação do divórcio do casal. É o relatório. Passo a decidir. Ante o exposto, e que o mais dos autos constam, com arrimo no art. 269, III do CPC HOMOLOGO por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos o acordo de fls. 02/05, que faz parte integrante da presente sentença e, em consequência decreto o divórcio do casal FRANCISCO FABRICIO RIBEIRO DE SOUSA e RYANI OLIVEIRA CEZAR DE SOUSA. A mulher voltará a usar o nome de solteira. Transitada em julgado devidamente certificado nos autos, confiro a esta sentença eficácia de mandado de averbação, para que as partes, munidas de cópias da inicial e da presente sentença devidamente autenticadas pela escrivania, possam proceder às averbações necessárias. Sem custas. Após as formalidades legais, arquivar com baixa na distribuição. Dou a decisão por Publicada em audiência, as partes por intimadas. Notificado o M.P. Registre-se. As partes renunciaram o prazo para recurso, que ora foi deferido pela MM Juíza com a anuência do MP. Parnaíba-PI 12 de Junho de 2013. Doutora Gláucia Mendes de Macêdo. Juíza de Direito da 3ª Vara Cível em exercício.***". Nada mais havendo, encerrou-se a presente audiência. Do que para constatar lavrei o presente termo que lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Jeferson Luiz Lira Silva, Oficial de Gabinete da 3ª Vara Cível, digitei, subscrevi.

JS *Quyaudo*



Pró Juris

ADVOCACIA & COBRANCAS

José Cicero Ferreira Filho

OAB-PI nº 6858

cicerofilhophb@yahoo.com.br



1ª Vara

1584-98.2014

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA VARA a CIVIL DA COMARCA DE PARNÁIBA-PI.

15

DISTRIBUIÇÃO DO FORUM SALMON LUSTOSA
COMARCA DE PARNÁIBA-PI

DATA 11.09.2014

HORÁRIO 10:24

DISTRIBUIDOR MB

RAIMUNDA CLEMENTINA DA SILVA, brasileira, casada, do lar, inscrita no RG sob o n.º 1534.414SSP/PI, e CPF n.º 553.873.903-10, residente e domiciliada na Rua São Leopoldo, n.º 2490, Bairro urbano, na cidade de Parnaíba, Estado do Piauí, neste ato representando seu filho menor **FELIPE DA SILVA SOUSA**, nascido em 24/07/1998, inscrito no RG sob n.º 3.832.731, vem, respeitosamente, à presença de V.Exa., por intermédio de seu advogado in fine assinado, para propor, com fulcro no artigo 3º da Lei 6.194/74 e demais disposições aplicáveis à matéria a presente

AÇÃO DE COBRANÇA

de diferença de indenização de seguro DPVAT, em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT**, CNPJ n.º 09.248.608/0001-04, pessoa jurídica de direito privado, com endereço para notificações na Rua Senador Dantas, n.º 74, 5º ANDAR, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Cep.: 20031201, pelos fatos a seguir articulados:

PRELIMINARMENTE, salienta-se que o requerente, nos termos da lei n.º 1.060/50, declara que não possui condições financeiras de arcar com as custas processuais, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família. Requer e faz jus, portanto, ao benefício da GRATUIDADE DE JUSTIÇA.

Av. Chagas Rodrigues, 389 – sala 04, Telefone (86)9928-0457 – Parnaíba-PI

lc



MAC RO M
MS.OL
OM

9.0283

70116.9

453290.8

4.0000

4.0000

4.0000

4.0000

4.0000

4.0000

4.0000

4.0000

4.0000

4.0000

4.0000

4.0000

4.0000

4.0000

4.0000

4.0000

4.0000

4.0000

4.0000

4.0000

4.0000

4.0000

4.0000

4.0000

4.0000

4.0000



"A simples declaração de miserabilidade jurídica por parte do interessado é suficiente para a comprovação deste estado, nos termos do art. 4º, § F, da lei 1.060/50." (STF-RE 205.029-RS - DJU de 07.03.97)"



I. DO PROCESAMENTO PELO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO - CAUSA DE COMPETÊNCIA DOS JUÍZADOS ESPECIAIS

A lei. 9.099/95 prevê o procedimento a ser seguido nas causas de menor complexidade, nos seguintes termos:

Art.3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;

Tendo em vista a baixa complexidade do presente caso, e ainda o valor da causa abaixo de quarenta salários mínimos, requer o autor seja o presente feito processado pelo procedimento dos juizados especiais, nos termos da lei 9.099/95.

II. DOS FATOS

É a parte requerente beneficiário da indenização por danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT, que compreende invalidez, conforme comprovam os documentos inclusos.

É certo que o requerente obteve tal direito a indenização em decorrência de acidente automobilístico ocorrido em 30/11/2012, tendo recebido da requerida a indenização de convênio do seguro obrigatório - DPVAT - como faz prova o incluso documento.

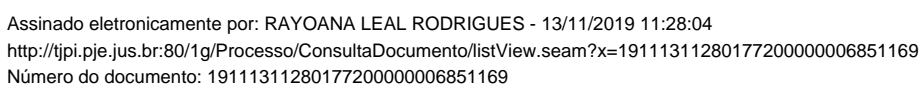
Entretanto, recebeu o autor a importância de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos) e, portanto, inferior ao valor fixado pela Lei 6.194/74, pois o cálculo do valor sobre percentual de invalidez do requerente deveria ter como base de cálculo o valor de Invalidez Permanente que é no valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), e ainda como consta no documento anexo, **existe invalidez de 60 % (Sessenta por cento)** do órgão afetado. Razão pela qual é proposta a presente para pleitear a diferença existente entre o valor recebido e o devido.

Ora Excelência, foi pago indenização, equivalente a R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), entretanto deveria ter sido pago R\$ 8.100,00 (Oito mil e cem reais), que equivale a 60% de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo, portanto, o requerido pagar ao requerente, **uma diferença de R\$ 7.256,25** (Sete mil duzentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos).

Av. Chagas Rodrigues, 389 - sala 04, Telefone (86)9928-0457 - Parnaíba-PI

Handwritten signature/initials.





III. DA NÃO OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO

Ab initio, consigna o requerente que não se operou o prazo prescricional, pois o evento que ensejou a diferença da indenização ora pleiteada ocorreu em 30/11/2012.

Nesse sentido, o artigo 205 do Código Civil vigente estabelece que a prescrição ocorre em dez (10) anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor, sendo esta a natureza da pretensão trazida a este Juizado Especial.

No caso presente, a indenização insuficiente foi **disponibilizada em 23 de Outubro de 2013**, conforme documento anexo, pelo que a presente ação é proposta tempestivamente, pelo que se requer o seu acolhimento.

IV. DA COMPETÊNCIA DESTE JUIZADO ESPECIAL

Suscita o requerente sobre a competência territorial e material deste Juizado para conhecer a presente ação. Comprove-se.

Quanto à competência territorial a presente ação é proposta no foro do domicílio do autor, porquanto a relação havida entre as partes é de consumo, sendo pois ineficaz a cláusula estipuladora do foro de eleição em contrato de adesão a benefício da seguradora. Nesse sentido, transcrevemos as seguintes decisões proferidas pelo E. 1º Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo:

“COMPETÊNCIA - Foro - Seguro obrigatório - Responsabilidade civil - reparação de dano decorrente de acidente de trânsito - Prevalência do foro do domicílio do autor ou do local do fato - Art. 100, V, § único, do Código de Processo Civil - Admissibilidade - ausência de fundamento para se deslocar à competência até mesmo em face da natureza social do seguro DPVAT e a existência de relação de consumo - Recurso improvido - Exceção de incompetência rejeitada.” Recurso : Processo : 985429 - 7 Relator : Paulo Roberto de Santana Órgão Julg.: 4ª Câmara

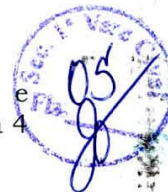
COMPETÊNCIA - Foro de eleição - Cobrança de seguro obrigatório - Prevalcimento do foro do domicílio do beneficiário do seguro sobre o do local onde está sediada a seguradora - Admissibilidade - Aplicação das leis de proteção à economia popular e ao hipossuficiente - Prosseguimento no local em que foi ajuizada determinado - Exceção de incompetência rejeitada - Recurso desprovido.” Recurso : Processo : 1077506 - 7 Relator: Álvaro Torres Júnior Órgão Julg.: 5ª Câmara

Quanto à competência material deste Juizado Especial manifesta o requerente sua opção pelo procedimento previsto na Lei 9.099/99, destacando desde já que, conforme LEF 34, § 1º, o valor da causa para efeito do disposto no artigo 3º da referida lei, é a soma do principal, atualizado até a data da propositura da ação, mais juros de mora sobre este total. Não se computando para tal efeito honorários do advogado, por serem

Av. Chagas Rodrigues, 389 – sala 04, Telefone (86)9928-0457 – Parnaíba-PI



indevidos em primeiro grau de jurisdição in Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor, Theotonio Negrão, Ed. Saraiva, 2002, nota 4 do art. 3º da Lei 9.099/95.



V. DO DIREITO

Como suscitado anteriormente a questão debeaturs pode ser sintetizada na discussão sobre a possibilidade da fixação do valor de indenização do seguro obrigatório resultar de vontade das partes, em desacordo com o estabelecido legalmente.

Para tanto, mister analisar a natureza do seguro obrigatório. De fato e como ensina Elcir Castello Branco o seguro obrigatório é uma garantia de que o Governo exige para proteger as vítimas, em razão do número crescente de eventos danosos, cf. "Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil", LEUD., 1976, p. 4.

Assim, os veículos no momento do licenciamento anual, ficam obrigados a recolher o valor do seguro obrigatório de responsabilidade civil. É, aliás, condição para que os veículos possam trafegar, como aponta Rui Stocco in Responsabilidade Civil e sua Interpretação Jurisprudencial, RT., p. 205.

E continua o ilustre doutrinador sobre o tema: "É caracterizado como uma interferência do Poder Público na liberdade das pessoas, com o objetivo de proteger as vítimas de acidente, nas atividades que considerou de extremo perigo como ad exemplum, a condução de veículos automotores".

E, por esta razão de ordem pública, que a Lei 6.194/74 regulamentou, inclusive, o valor da indenização no caso de invalidez, estabelecendo em seu artigo 3º, alínea "b":

"Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º (seguro obrigatório) compreendem as indenizações por morte, **invalidez** permanente e despesas de assistência médica e suplementar, nos valores por pessoa vitimada.

Com efeito, o seguro obrigatório – ao contrário dos demais contratos desta natureza – é regulamentado por legislação específica, sendo a indenização tarifada e insuscetível de transação. Correto, então, afirmar que as partes não podem deliberar sobre os valores especificados em lei. A rigidez da norma legal, pela especificidade do seguro em análise, tem por objetivo a proteção da parte mais fraca da relação contratual, no caso o segurado.

É de se destacar, por imperioso, que o recibo de quitação outorgado pelo requerente em face da requerida foi lavrado em termos genéricos, não podendo liberar o devedor, notadamente em razão do valor indenizatório estar estabelecido por lei, como é o caso presente, como já decidiu inclusive a N. 10ª Câmara do E. 1º TACSP, nos autos da Apelação 719.238-7, cuja ementa a seguir transcrevemos:

Av. Chagas Rodrigues, 389 – sala 04, Telefone (86)9928-0457 – Parnaíba-PI



"SEGURO OBRIGATÓRIO - RESPONSABILIDADE CIVIL - ACIDENTE DE TRÂNSITO - FIXAÇÃO DO VALOR IMPOSTO POR LEI NÃO PODENDO SER OBJETO DE TRANSAÇÃO ENTRE AS PARTES - PROTEÇÃO DO SEGURADO QUE É A PARTE MAIS FRACA NO CONTRATO - INVALIDADE DA QUITAÇÃO POR VALOR MENOR QUE O DA INDENIZAÇÃO POR FORÇA DE TAL PRINCÍPIO - DETERMINAÇÃO DA SENTENÇA PARA QUE A SEGURADORA PAGUE O RESTANTE DA INDENIZAÇÃO A DESPEITO DE TER OBTIDO A QUITAÇÃO - COBRANÇA PROCEDENTE - RECURSO IMPROVIDO."

ACÓRDÃO

SEGURO OBRIGATÓRIO POR ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - Valor fixado é imposto por lei e não pode ser objeto de transação entre as partes. Norma visa proteger o segurado que é a parte mais fraca do contrato. Quitação dada por valor menor que o da indenização não tem validade por força de tal princípio - Correta a determinação contida na sentença que a seguradora pague o restante da indenização a despeito de ter obtido a quitação. Apelação desprovida"

E ainda:

"SEGURO OBRIGATORIO - INDENIZACAO FIXADA EM 40 SALARIOS MINIMOS, HOJE PISO NACIONAL DE SALARIOS, SEGUNDO FORMA DE CALCULO ESTABELECIDO PELA LEI 6194/74 E ART. 2o. DA LEI DE INTRODUCAO AO CODIGO CIVIL - SUPERVENIENCIA DA LEI 6205/75 QUE NAO DERROGA A ANTERIOR MAS APENAS VEDA A UTILIZACAO DO SALARIO MINIMO COMO COEFICIENTE DE ATUALIZACAO MONETARIA - EMBARGOS INFRINGENTES ACOLHIDOS PARA ESSE FIM.MF 446/183 SCF/SBS." (Recurso : Processo : 39768 - 4 Relator : Augusto Marin Órgão Julg.: 6ª Câmara, 1º TACSP)

"SEGURO OBRIGATORIO - INDENIZACAO -CALCULO -FIXACAO EM 40 VEZES O MAIOR SALARIO MINIMO (PISO NACIONAL DE SALARIOS) VIGENTE A EPOCA DA LIQUIDACAO - RECURSO PROVIDO PARA ESSE FIM"(Rec Extraordinário-Rec Especial Processo : 40184 - 5 Relator : Pinheiro Franco Órgão Julg.: 6ª Câmara Votação, 1º TACSP) E a jurisprudência no sentido ora pleiteado está inclusive Sumulada pelo E. 1º Tribunal de Alçada Civil que editou o Enunciado de n.º 37, in verbis:

SÚMULA Nº 37 - SEGURO OBRIGATÓRIO - INDENIZAÇÃO

"Na indenização decorrente de seguro obrigatório, o artigo 3º da Lei 6.194/74 não foi revogada pelas Leis 6.205/75 e 6.423/77". (Revogada a Súmula nº15). (Uniformização de Jurisprudência nº 483.244-6/02 - São Paulo - Pleno - j. em 18.03.93 - Rel. Juiz Elliot Akel - votação unânime). (JTA-LEX 141/186) DJE Nº 71:31, de 19.04.93

Av. Chagas Rodrigues, 389 - sala 04, Telefone (86)9928-0457 - Parnaíba-PI



VI. DO REQUERIMENTO

ANTE AO EXPOSTO, é a presente para requerer a citação, via postal, da requerida para, querendo, compareça a audiência a ser designada por V.Exa. e querendo, apresente defesa, sob pena de revelia e confissão, acompanhando o feito em todos seus ulteriores atos até final decisão que haverá por declarar a procedência da ação, condenando a requerida no quanto segue:

A) Pagamento da diferença existente entre o valor quitado pela ré no valor de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), e o determinado pela Lei n.º 6.194/74, que é de 60% de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), perfazendo um crédito em favor do requerente no valor de R\$ 7.256,25 (Sete mil duzentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos).

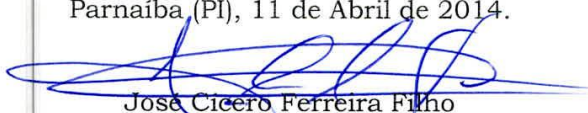
B) Custas e despesas processuais se houverem, bem como, honorários de advogados fixados em 20% (vinte por cento) do valor da condenação em caso da requerida recorrer da decisão de 1º Grau.

C) Seja concedido a requerente o benefício da assistência judiciária gratuita, já que não possui condições financeiras para arcar com as despesas do processo de acordo com a Lei 1.060/50.

D) Tendo em vista a baixa complexidade do presente caso, e ainda o valor da causa abaixo de quarenta salários mínimos, Requer o autor seja o presente feito processado pelo procedimento dos juizados especiais, nos termos da lei 9.099/95;

Atribuindo a causa o valor de R\$ 7.256,25 (Sete mil duzentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos).

Termos em que,
P. Deferimento.
Parnaíba (PI), 11 de Abril de 2014.


José Cícero Ferreira Filho
Advogado
OAB-PI nº 6858

Av. Chagas Rodrigues, 389 – sala 04, Telefone (86)9928-0457 – Parnaíba-PI



✓



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE(S): Raimunda Clementina da Silva, Dra-
Silva, casada, do lar, inscrita no RG sob nº 1.534.414 -
SSP/PI e CPF nº 553.873.903-10, neste ato representada por seu
filho menor Felipe da Silva Sousa, ambos residentes
e domiciliados na Rua São Leopoldo nº 2490, nesta cidade de

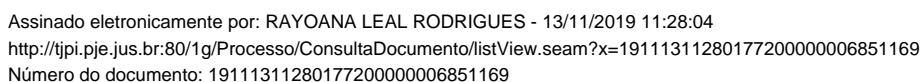
OUTORGADO(S): Dr. José Cícero Ferreira Filho brasileiro, solteiro,
advogado, inscrito na **OAB-PI sob o nº 6858**, com escritório profissional à Av.
Governador Chagas Rodrigues, 389, Sala - 04, Do Carmo, CEP: 64.202-400,
na cidade de Parnaíba(PI).

PODERES: Por este instrumento particular de mandato, o outorgante, abaixo firmado, nomeia seu bastante procurador o outorgado, já devida e sobreditamente qualificado, ao qual confere os **poderes gerais para o foro**, nos termos do art. 38, do C.P.C., e art. 5º. e §§, da Lei nº. 8.906, de 04.07.94-EAOAB-, bem como os insitos nas cláusulas **Ad Juditia et Extra** e os **especiais de confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, requerer extinção de processos, receber, dar quitação, firmar compromisso e fazer acordo, para, em quaisquer processos ou simples procedimento perante as Justicas Ordinárias, Especiais e Administrativas do País**, em que o outorgante seja parte como **autor** ou **réu, assistente** ou **opoente**, defender-lhe os direitos e interesses, podendo, para tanto, intentar ou contestar ações, opor exceções de qualquer natureza, reconvir, nomear e impugnar peritos, solicitar aberturas de **inquéritos policiais**, bem como ratificar representação criminal, oferecer queixa-crime, juntar informações e usar de todos os recursos em direito permitidos em todas as instâncias, **variar de ações**, embargar, agravar, apelar, requerer inventários, prestar compromissos de inventariante e assinar o respectivo termo, fazer declarações de lei, propugnar por preferência, requerer remição, arrematação ou adjudicação de bens, oferecer lanço em hasta pública, ordenar protesto de títulos, requerer falências, aceitar ou embargar concordatas, declarar ou impugnar créditos, **representá-lo perante órgãos públicos ou privados, bancos oficiais ou privados, sociedades de economia mista ou economiárias, ou semelhável às preditas instituições**, solicitar as informações escritas necessárias ao desempenho de suas funções, receber validamente, para ciência e andamento dos respectivos pleitos, intimações que, por força de lei, não devam ser feita ao outorgante, podendo, ainda, **substabelecer tais poderes, no todo ou em parte, com ou sem reserva**, com o exercício simultâneo dos mesmos atos, e praticar, finalmente, todos os atos necessários e em direito permitidos ao fiel cumprimento deste mandato.

Parnaíba(PI), 27 de JANEIRO de 2014

Raimunda Clementina da Silva







VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO 1.534.114 DATA DE EXPEDIENTE 29.08.94

NOME HARMUNDA CLEMENTINA DA SILVA

FILIA Manoel Clementino da Silva

Nome Rita Vieira da Silva

NATAL-PI. 05.12.71 DATA DE NASCIMENTO

C.Nasc. nº 6.400 Liv. 44 Fls. 28

Exp. em Cocal-PI. 11.11.82

CPF

Assinatura do Oficiário

Lei nº 7.116 DE 2004/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO - JOÃO DE DEUS MARTINS

Assinatura da Titular

CARTeira DE IDENTIDADE

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

Nome

HARMUNDA CLEMENTINA DA SILVA

Nascimento

05/12/1971



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.832.731 DATA DE EXPEDIÇÃO 26/11/12

NOME FELIPE DA SILVA SOUSA

PRESENÇA

RAIMUNDA CLEMENTINA DA SILVA
EDIMAR DA SILVA SOUSA

NATURALIDADE PARNAIBA-PI DATA DE NASCIMENTO 24/07/1998

DOC. ORIGEM CERT. NASC. 11449 L 014 F 265
EXP PARNAIBA/PI 23/06/99

CPE

TERESINA-PI

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/03 - DECRETO Nº 93.250/03

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"

0081079

FELIPE DA SILVA SOUSA

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Fisco da Receita Federal

Número 069.953.543-38

Nome FELIPE DA SILVA SOUSA

Nascimento 24/07/1998

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



10/1





Raimunda Chrentina da Silva

Dr. Dercio Bastos Filho
Ortopedia e Traumatologia
CRM/PI 1036

[illegible]

OBS:

MÃE DA VÍTIMA: RAIMUNDA CLEMENTINA DA SILVA - 21 ANOS
RG: 1.534.414 - SSP - PI.





Processos de DPVAT - Data: 22/10/2013

Assunto:

Processos de DPVAT - Data: 22/10/2013

Data:

22/10/2013 23:14

Informamos abaixo a relação de processos que sofreram movimentações durante o dia 22/10/2013, ficamos a disposição para qualquer esclarecimento.

Processo liberado o pagamento

Nome	Tipo de Processo	Código Interno	Número do Megadata	Indenização
FELIPE DA SILVA SOUSA	INVALIDEZ	536081	2013/601694	Data crédito: 23/10/2013 - R\$ 843,75 >> RAIMUNDA CLEMENTINA DA SILVA DOC - Banco: 104 Ag: 00030- CC: 000000042836-7





Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
sisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência

383 v. 1.0



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 101393.003056/2013-42

Unidade Policial: 2ª DP DE PARNABA

Resp. pelo Registro: Pedro Pereira Da Nascimento Neto

Relatador: ALEXANDRA SANTOS SILVA

Data/Hora: 12/07/2013 - 09:10

DADOS DA OCORRÊNCIA	
Unidade Policial Responsável	Data/Hora
2ª DP DE PARNABA	30/11/2012 - 19:00
Tipo Local	
VIA PÚBLICA	
REINÚMERO	Bairro
PARANÁIA	PIAUI
Endereço	
RUA PROJETADA, Nº	
Complemento	Ponto de Referência
	PRÓXIMO AO CAMPO DA COLÔNIA

DADOS DAS PESSOAS E/OU ENVOLVIDOS	
Nome: RAMUNDA CLEMENTINA DA SILVA	Tipo Envolv: NOTICIANTE/Relatante
Nº: 1034414	
Ass: RITA VIEIRA DA SILVA	
PP: RAFAEL CLEMENTINO DA SILVA	
Emprego: RUA SAO LEOPOLDO, Nº 2490	
Cidade: PARNABA	
Estado: PIAUI	

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA	
Natureza(s) da Ocorrência	
1 - Lesão corporal acidental no trânsito.	

RELATO DA OCORRÊNCIA	
RELATOU QUE DESAPARECEU NESTA DELEGACIA PARA CONSTAR QUE SEU FILHO DE NOME FELIPE DA SILVA SOUSA, PARANÁIA, PIAUIENSE, MENOR (14 ANOS), PORTADOR DO RG: 3.832.731 E INSCRITO NO CPF: 058.833.543-08, VINHA SENDO PASSAGEIRO DA MOTOCICLETA HONDA/CG 125 FAN ES, DE COR PRETA, ANO/MODELO 2010, DE PLACA NL-8855, DO CHASSÉ SMC42Z04R083856, EMPLACADO EM NOME DE JAMES AUXILIADORA ALEXANDRE, PILOTADA NO MOMENTO POR JAMES AUXILIADORA, QUANDO FOI SURPREENDIDO POR UMA OUTRA MOTOCICLETA DE PLACA E CHASSÉ NÃO IDENTIFICADOS, QUE INVADEU A PREFERENCIAL DA VITIMA VINDO A COLIDIR COM A MESMA, QUE FELIPE FOI SOCORRIDO PELO SAMU E EM SEGUIDA LEVADO PARA O HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE, ONDE FOI SOCRISTADO TRAUMA DE PERNA DIREITA, COM FERIMENTO PROFUNDO NO JOELHO E O RELATO.	

Pedro Pereira Da Nascimento Neto - Mat. 0389623

AGENTE DE POLÍCIA

Ramunda Clementina da Silva
RAMUNDA CLEMENTINA DA SILVA - Noticiante
Responsável pela Informação

Bel. James Oliveira Junior
Delegado Geral de Polícia
Civil do Estado do Piauí
Mat. 103.617-X

Cópia do Boletim de Ocorrência emitida em: 12/07/2013 09:03 - SisBO/2011-2013 411

Página 1/1



Assinado eletronicamente por: RAYOANA LEAL RODRIGUES - 13/11/2019 11:28:04

<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19111311280177200000006851169>

Número do documento: 19111311280177200000006851169

Num. 7169258 - Pág. 19



A Tarifa Social da Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

Para contato com a Eletronics, informe esse código:

Número M.F. 1.017.987
CODIGO UNICO

339027-6

Ref.: Mês/Ano

03/2013

AC 30.11.12

DR. ANILASTO L. HEN

Eletronics
Distribuição Piauí

Eletronics Distribuição Piauí
RUA MARANHÃO, 755, CENTRO/SUL - TERESINA - PI
CEP: 64.002-170 - FONE: (86) 331.333-5

Para contato com a Eletronics, informe esse código:

CLIENTE: EDINAR DA SILVA SOUSA

ENDEREÇO: R. SÃO LEOPOLDO 2490 2490 B-URBANO

CIDADE: PARNALIBA CEP: 64.000-000

UF: PI

TIPO DE LEITURA

Leitura Atual: 6440

Leitura Anterior: 6127

Leitura Média: 313

Leitura Futura: 313

Quantidade de Multiplicação: 1

Forma de Faturamento: NORMAL

Quantidade de dígitos de Leituras: 5

Quantidade de dígitos de Leituras: 5

Data da Leitura Atual: 25/03/2013

Data da Leitura Anterior: 23/02/2013

Data da Próxima Leitura: 25/04/2013

Data da Emissão: 25/03/2013

Data da Apresentação: 25/03/2013

Dias de Consumo: 30 DIAS

Classe	Ligação	Número Medidor	Posto	Código Fat.	Média 12 Meses
RESIDENCIAL	MONOFASICO	A1202125		1.1.1.1	249

ROTEIRO: 161.002.17.40.063500

HISTÓRICO DE CONSUMO

MÊS/ANO CONSUMO	MÊS/ANO CONSUMO	MÊS/ANO CONSUMO	MÊS/ANO CONSUMO
Fev/2013 217	Dez/2012 247	Out/2012 197	Ago/2012 247
Jan/2013 340	Nov/2012 213	Set/2012 296	Jul/2012 228

TÍTULOS FATURADOS

Título por Tributos

R\$ 0,662920

CONSUMO 313 kWh a R\$ 0,538217

168,46

CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (COSIP)

20,44

PRECATORIO MONETARIO IGPH 12/12-00

1,58

TA POR ATRASO 12/12-00

3,31

JUROS DE MORA DE IMPORTE / SERVICOS 12/12-00

3,25





CARTÓRIO BEZERRA - 2º. Ofício
Av. Presidente Vargas, 164 - Centro - Parnaíba-PI
Parnaíba-PI, 31/Jul/2013 13:58:26.
Em testemunha da verdade.
Maria Teresa Mendes Bezerra Lima - Escrevente
Piauí, 31/Jul/2013 13:58:26.



MS/DATASUS: HOSPITAL ESTADUAL DIRCEU ARCOVERDE
No. DO BE: 115285 DATA: 30/11/2012 HORA: 19:57 USUARIO: CRISTIANE
CNS: SETOR: 01 - EMERGENCIA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE
NOME: FELIPE DA SILVA SOUSA DOC....:
IDADE: 14 ANOS NASC: 24/07/1998 SEXO: MASCULINO
ENDEREÇO: RUA SAO LEOPOLDO NUMERO: 2490
COMPLEMENTO: BAIRO: PIAUI
MUNICIPIO: PARNAIBA UF: PI CEP: ...
NOME PAI/MAE: RAIMUNDA CLEMENTINA DA SILVA /EDIMAR DA SILVA SOUSA
RESPONSÁVEL: O PROPRIO TEL: 863323422
PROCEDENCIA: PIAUI
ATENDIMENTO: ACIDENTE TRANSITO MOTOICLISTA/PASSAGEIR
CASO POLICIAL: NAO PLANO DE SAUDE: NAO TRAUMA: NAO
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

PA: [X] mmHg [] PULSO: [] TEMP.: []
Busca ativa do núcleo Hospitalar de Radiologia
Data: 30/11/2012
Nome: Flávia

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS:

lt sefer acidente de trânsito em local RA
e perna D

SUTURA

Dr. Amaro Ibarra
CPF: 110.737.805-20
CRM: 355

DIAGNOSTICO: fratura na perna D. CID: 86.01.01.005-8

PRESCRICAO ! HORARIO DA MEDICACAO

Arquivo do paciente

DO ORTOPEDIA: fratura com
permeio curto-curso na região
lateral do fêmur D.

DATA DA SAIDA: 30/11/2012
ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO
[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO
INTERNAÇÃO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):
HORA DA SAIDA: 19:57
Dr. Amaro Ibarra
Ortopedia/Traumatologia
CRM: 355

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):
OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIA [] IML [] ANAT. PATOL

Edimar da Silva Sampaio
ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSÁVEL ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO



DETRAN-PI
PRODEPI

SISTEMA INTEGRADO DE RECURSOS DE TRANSITO
Consulta Completa Veiculos - BASE LOCAL
Dados do Proprietario Atual/Processo

08/07/2013
11:19:02

Proces.: 0120120139144 Dt.Entra.: 02/08/2012 Dt.Processamento.: 03/08/2012
Nome : JAMES AUXILIADORA ALEXANDRE
Tip.Doc. 1 CPF/CGC. 06564013388 Reg. Geral: 3616068 UF. EXP.: PI
Logra: RUA SAO LEOPOLDO Num: 2465 Bairro: PIAUI
Mun.End. 11533 - PARNAIBA CEP: 64200000 Uf.: PI

Dados do Veiculo
Motivo : AQUISICAO DE VEICULO
Placa.: NIL6835 Cod Renavam.: 00230794220 Remarc.: NORMAL Exerc.: 2012
Cor.: PRETA Ano Fab: 2010 Ano Mod: 2010 Chassi: 9C2JC4120AR093656
Combustivel.: GASOLINA Marca: 28436 - HONDA/CG 125 FAN ES
Especie.: PAS Categoria: PARTIC Tipo.: MOTOCICLO
Mun.Emplac. 11533 - PARNAIBA Data Aqs: 01/08/2012
Restr.: NAO Agregados.: SIM Deb.IPVA: SIM Multas.: SIM Roub/Furt.: NAO

Dados Anteriores
Propr.Anterior: CAMILA COSTA VERAS
Mun.Emplac. 11533 - PARNAIBA

Placa: UF:

CARTÓRIO



Cartório de Parnaíba
Parnaíba - Piauí
Parnaíba - Piauí

Parnaíba - Piauí
Av. Presidente Vargas, 164 - Centro - Parnaíba-PI
A presente fotocópia está em tudo conforme o original que se foi
apresentado e que conferi e ao qual se reporto e dou fe.
Parnaíba(PI), 31/jul/2013 13:58:19.
Em testemunha
R\$ 2,50
28258F23/1
Maria Teresa Mendes Bezerra Lima - Secretária
Valido somente com o carimbo do Cartório.



CERTIDÃO

Certifico que nesta data autuei e registrei a
petição e documento nos livros competente
Dou fé.

Parnaíba

05/05/2014

Secretaria da 1ª Vara cível



CONCLUSÃO

Aos 07 dias do mês de 05 de 2014

Fago estas autos conclusos ao Ex. Juiz de Direito da

Parnaíba

07/05/14

Secretaria da 1ª Vara cível





PODER JUDICIÁRIO - ESTADO DO PIAUÍ
COMARCA DE PARNAÍBA
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL

Ref.: Proc. nº 0001587-98.2013.8.18.0031

Vistos.

Trata-se de ação ajuizada por RAIMUNDA CLEMENTINA DA SILVA em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT.

Às fls. 03, dos autos, a autora postula que o presente feito seja processado pelo procedimento dos juizados especiais, nos termos da Lei nº 9099/95.

Com efeito, observa-se que a escolha entre a justiça comum ordinária e os juizados especiais cíveis é faculdade do autor, desde que preenchidos os requisitos previstos na Lei nº 9099/95.

Ademais, uma vez inexistentes instalados Juizados Especiais, é possível ser ajuizada demanda na justiça ordinária, com o rito previsto na Lei nº 9099/95.

Contudo, na comarca de Parnaíba-PI, existe Juizado Especial Cível instalado, de modo que, uma vez se optando pelo rito da Lei nº 9099/95, exsurge a competência do Juizado Especial para processar e julgar a demanda.

Ante o exposto, me utilizando da regra da "Kompetenz Kompetenz" (Teoria da Competência Atômica), e baseado nos termos dos artigos 113 e 267, XI, do Código de Processo Civil, e art. 43, II, LOJEPI) DECLINO DA COMPETÊNCIA do presente feito para o Juizado Especial da comarca de Parnaíba-PI.

Remetam-se os autos para supracitada Vara, com baixa na Distribuição.

Cumpra-se.

Parnaíba-PI, 27 de junho de 2014.

Bel. LITELTON VIEIRA DE OLIVEIRA
Juiz Titular da 1ª Vara Cível de Parnaíba-PI

Av. Pres. Vargas, nº 735 - CEP 64200-200 - Fone: - 3322-1531 - Parnaíba-PI



DATA

Nesta data recebi estes autos

Parnaíba / PI. 01/07/14

[Assinatura]
Secretária da 1ª vara cível

VISTA

Nesta data faço estes autos com vista ao

Dr. José Cleo F. Filho,

Parnaíba / PI. 28/07/14

[Assinatura]
Secretária da 1ª vara cível

DATA

Nesta data recebi estes autos

Parnaíba / PI. 28/07/14

[Assinatura]
Secretária da 1ª vara cível

JUNTADA

Aos 28 dias do mês de 07 de 20 14

junto a estes autos A petição de p. 19/20


Parnaíba / PI. 28/07/14

[Assinatura]
Secretária da 1ª vara cível



EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE PARNAÍBA, ESTADO DO PIAUÍ.

Processo n.º 0001587-98.2014.8.18.0031

R.H.
28/07/14
as 10:29h

Simone Leal de Souza Aragão
Analista Judicial
MAT.: 5518 / TJ-PI

RAIMUNDA CLEMENTINA DA SILVA, já devidamente qualificada e neste ato representando seu filho **MENOR, FELIPE DA SILVA SOUSA**, também já devidamente qualificado, por mediação de seu advogado firmatário(doc.01), este com escritório profissional localizado na Av. Governador Chagas Rodrigues, 389, Sala – 04, Do Carmo, CEP : 64202-400, na cidade de Parnaíba, Estado do Piauí, veem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fundamento no artigo 535 e seguintes do Código de Processo Civil, opor os presentes **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** à r. sentença proferida nos referidos autos, em razão da mesma conter contradição, pelos fatos e direitos que ora passa a aduzir:





30/0

DOS FATOS:

01. O “**decisum**” prolatado por esse insigne Magistrado, embora revestido de sapiência, equilíbrio e apurado senso de justiça, **teve contradição**, quando declinou da competência deste juízo para julgar o presente feito.

02. O autor por **equivoco** informou que a demanda era pertinente ao juizado, entretanto, como verificamos na lei dos juizados a seguir descrita, o incapaz, não pode figurar em ação, senão vejamos o que diga o artigo 8º da Lei 9099/99:

Art. 8º Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, **o incapaz**, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

03. Ora, Excelência, neste pensamento existe uma divergência entre o que é contido na lei e o pensamento emitido por este juízo, devendo pois, a decisão ora atacada ser reformada.

DO DIREITO:

04. Conforme preceitua o artigo 535 do CPC, caberá embargos de declaração quando, houver na sentença ou no acórdão obscuridade ou contradição. Senão vejamos:

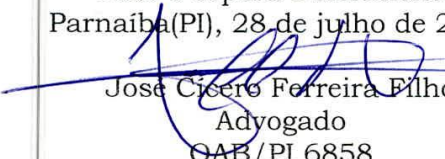
Art. 535. Cabem embargos de declaração quando:

- I - houver na sentença ou no acórdão obscuridade ou **contradição**;
- II - omissão.

05. Através dessas colocações, entende o embargante que a Vossa DECISÃO, deixou de observar o prescrito em lei. A interposição dos pautados Embargos de Declaração interrompe a eficácia da decisão recorrida, conforme o estatuído no artigo 538, caput, e segundo preceituação fulcrada no artigo 536, in fine, os embargos não estão sujeitos a preparo, tudo nos exatos termos de nosso Estatuto Processual Civil.

06. Requer, finalmente, em tempo hábil, sejam os presentes Embargos de Declaração recebidos e providos, para o fim de suprir-se à verificada contradição, a fim de que a decisão complementar - art. 537 do CPC -, a ser por Vossa Excelência exarada, determine a citação do reclamado e adote o procedimento ordinário no presente feito, por ser de inteira justiça.

Nestes termos,
Pede e espera Deferimento.
Parnaíba(PI), 28 de julho de 2014.


José Cícero Ferreira Filho
Advogado
OAB/PI 6858



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE PARNAÍBA
Av. Presidente Vargas, 735, PARNAÍBA-PI

PROCESSO Nº 0001587-98.2014.8.18.0031

CLASSE: Procedimento Ordinário

Autor: RAIMUNDA CLEMENTINA DA SILVA

Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONCSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de PARNAÍBA, Dr. LITELTON VIEIRA DE OLIVEIRA, para despacho. Do que, para constar, lavro este termo.

PARNAÍBA, 28 de julho de 2014

SIMONE LEITE DE SOUZA ARAGÃO
Analista Judicial - Mat. nº 3518





PODER JUDICIÁRIO - ESTADO DO PIAUÍ
COMARCA DE PARNAÍBA
JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL

Ref.:

Proc. nº 0001587-98.2014.8.18.0031

Vistos

Compulsando-se os presentes autos, verifica-se que o pedido de embargos de declaração de fls. 19/20, não foi assinado pelo advogado.

Desta forma, intime-se o mesmo para, no prazo de 05 (cinco), assiná-lo, sob pena de não conhecê-lo os presente embargos

Cumpra-se.

Parnaíba-PI, 6 de novembro de 2014.

Bel. LITELTON VIEIRA DE OLIVEIRA
Juiz Titular da 1ª Vara Cível

DATA

Nesta data recebi estes autos

Parnaíba-PI, 10/11/14

Secretaria da 1ª vara cível

Av. Pres. Vargas, nº 735 - CEP 64200-200 - Fone: - 3322-1531 - Parnaíba-PI



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA DA COMARCA DE PARNAÍBA

PROCESSO Nº 0001587-98.2014.8.18.0031

CLASSE: Procedimento Ordinário

Autor: RAIMUNDA CLEMENTINA DA SILVA

Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONCSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

CERTIDÃO

Certifico que nesta data, em cumprimento ao despacho retro, compareceu nesta Secretaria o Dr. José Cícero Ferreira Filho (OAB/PI Nº 6858) e assinou a Petição de fls. 19/20, conforme se vê. Dou fé.

PARNAÍBA, 11 de novembro de 2014

SIMONE LEITE DE SOUZA ARAGÃO
Analista Judicial - Mat. nº 3518

CONCLUSÃO

Aos 11 de Nov de 2014,
faço esta conclusão em cumprimento da
Parnaíba / PI. 11/11/14
Secretaria da 1ª Vara Cível





23W

PODER JUDICIÁRIO - ESTADO DO PIAUÍ
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL - COMARCA DE PARNAÍBA
Av. Pres. Vargas, nº 735 - CEP 64200-200

Processo nº 0001587-98.2013.8.18.0031

VISTOS EM CORREIÇÃO

Trata-se de Embargos de Declaração interposto por **FELIPE DA SILVA SOUSA, menor**, devidamente representado por sua genitora RAIMUNDA CLEMENTINA DA SILVA.

Insurge-se o embargante contra a DECISÃO proferida às fls. 18, alegando a existência de contradição que deve ser corrigida.

Afirma que no *decisum* houve declínio de competência do feito para o Juizado Especial, reconhecendo ter, por equívoco, indicado em sua inicial a adoção do rito sumaríssimo previsto na lei nº 9.099/95, mas que tal declínio não poderia se dar haja vista a presença de interesse de menor, o que alega que iria de encontro ao disposto no art. 8º daquela Lei.

Pugna, ao final, pela procedência dos aclaratórios, com a atribuição de efeito modificativo para que na decisão determine-se a citação do reclamado e a adoção do procedimento ordinário.

Eis o breve relatório. Decido.

O juízo de admissibilidade dos recursos antecede lógica e cronologicamente o exame do mérito. É formado de questões prévias. Estas questões prévias são aquelas que devem ser examinadas necessariamente antes do mérito do recurso, pois lhe são antecedentes. Portanto, os requisitos de admissibilidade dos recursos se situam no plano das preliminares, isto é, vão possibilitar ou não o exame do mérito do recurso. Faltando um dos requisitos, não poderá o tribunal "*ad quem*" julgá-lo.



23

11

X



24

No presente caso, entendo não ser cabível o presente recurso interposto.

Por "**CABIMENTO**" entenda-se a necessária configuração dos requisitos da *recorribilidade* e *adequação*, ou seja, todo recurso deve ter previsão legal (se não há previsão legal, também não haverá recurso) *bem como, para cada ato judicial haverá uma espécie de recurso específica*.

No presente caso, a decisão embargada determinava o declínio de competência, sendo os embargos declaratórios o recurso não apropriado para eventual modificação. Neste sentido é a jurisprudência:

PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO DECLINATÓRIA DE COMPETÊNCIA. RECURSO CABÍVEL. 1. Da decisão que declina de competência, o recurso cabível é o agravo de instrumento constituindo erro grosseiro a interposição de apelação. 2. Recurso não conhecido.


(TRF-1 - AC: 33372 MG 94.01.33372-6, Relator: JUIZ JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO (CONV.), Data de Julgamento: 27/11/2001, PRIMEIRA TURMA SUPLEMENTAR, Data de Publicação: 21/01/2002 DJ p.535)

De fato, em que pesem os argumentos expendidos, NÃO CONHEÇO DO PRESENTE RECURSO mantendo, *in totum*, a decisão de fls. 18.

Intime-se.

Cumpram-se os comandos da decisão de fls. 18 (Remessa e Baixa na Distribuição)

Parnaíba-PI, 01 de Julho de 2015.


Bel. MAURO AUGUSTO DE REZENDE
Juiz Titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba-PI
Juiz em exercício na 1ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba-PI



DATA

Nesta data recebi estes autos

Parnaíba / PI. 08 07 15

Secretária da 1ª vara cível

CERTIDÃO

Certifico que expedii

Aviso
de Intimação
o faz entrar na central de mandados para o
seu fiel cumprimento. Dou fe
Parnaíba / PI. 07 03 16

Secretária da 1ª vara cível





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA DA COMARCA DE PARNAÍBA

25
D

PROCESSO Nº: 0001587-98.2014.8.18.0031

CLASSE: Procedimento Ordinário

AUTOR: RAIMUNDA CLEMENTINA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONCSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí certifica que o(a) EDITAL movimentado(a) no sistema em 17/03/2016 foi disponibilizado(a) no Diário nº 7939, página 241, na Quinta-feira, 17 de Março de 2016, computando-se a publicação na Sexta-feira, 18 de Março de 2016. Este documento é emitido eletronicamente junto ao Sistema ThemisWEB e a veracidade de sua informação poderá ser verificada no referido periódico.

PARNAÍBA, 18 de março de 2016





Diário da Justiça do Estado do Piauí

ANO XXXVIII - Nº 7939 Disponibilização: Quinta-feira, 17 de Março de 2016 Publicação: Sexta-feira, 18 de Março de 2016

26
27

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A

Advogado(s): DAVID SOMBRA PEIXOTO(OAB/CEARÁ Nº 16477)

Executado(a): MANOEL PACHECO NETO

Advogado(s):

DESPACHO: "Recebi hoje. Nos termos do art. 16, §12º, da Lei. 13.001/2014, defiro o pedido de prorrogação da suspensão do processo, suspendendo a presente ação até o dia 31/12/2015. Aguarde o transcurso do prazo na secretaria da 1ª Vara Cível. Decorrido o lapso temporal, certifique-se e intime-se a parte requerente para, em cinco dias, das prosseguimento ao feito. Cumpra-se."

13.704. EDITAL - 1ª VARA DE PARNAÍBA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara de PARNAÍBA)

Processo nº 0004487-20.2015.8.18.0031

Classe: Procedimento Ordinário

Autor: R P UCHOA CONSTRUÇÕES

Advogado(s): CÍCERO DE SOUSA BRITO(OAB/PIAUI Nº 2387)

Réu: SOCIEDADE PARNAIBANA DE COMBATE AO CÂNCER - CENTRO DE ALTA COMPLEXIDADE EM ONCOLOGIA

Advogado(s): ANA SILVIA DA COSTA BRITTO(OAB/PIAUI Nº 1924)

ATO ORDINATÓRIO: INTIMO o Procurador da parte autora para se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a contestação de fls. 31/36.

13.705. EDITAL - 1ª VARA DE PARNAÍBA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara de PARNAÍBA)

Processo nº 0001587-98.2014.8.18.0031

Classe: Procedimento Ordinário

Autor: RAIMUNDA CLEMENTINA DA SILVA

Advogado(s): JOSE CÍCERO FERREIRA FILHO(OAB/PIAUI Nº 6858)

Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCÍOS DO SEGURO DPVAT

Advogado(s):

DEPACHO de fls. 23/24: De fato, em que pesem os argumentos expendidos, NÃO CONHEÇO DO PRESENTE RECURSO mantendo, in totum, a decisão de fls. 18. Intimem-se. Cumpram-se os comandos da decisão de fls. 18 (Remessa e baixa na Distribuição).

13.706. EDITAL - 1ª VARA DE PARNAÍBA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara de PARNAÍBA)

Processo nº 0003701-10.2014.8.18.0031

Classe: Busca e Apreensão

Requerente: BV - FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Advogado(s): GIULIO ALVARENGA REALE(OAB/MINAS GERAIS Nº 65628)

Requerido: JOSE MATIAS DE MORAES

Advogado(s):

DEPACHO: "Diante de todo o exposto e tendo em conta o princípio da cooperação, norteador do novel direito brasileiro, inteimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem se tem interesse no Julgamento Antecipado da Lide, nos termos do art. 330, I do CPC, ou se pretendem compor a lide em audiência preliminar de conciliação e/ou ordenação do processo (art. 331, §§ 1º e 2º do CPC), ou ainda se possuem provas a serem produzidas em audiência de instrução e julgamento."

13.707. EDITAL - 1ª VARA DE PARNAÍBA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara de PARNAÍBA)

Processo nº 0000531-69.2010.8.18.0031

Classe: Procedimento Ordinário

Requerente: NORTHERN STAR DO BRASIL LTDA

Advogado(s): JULIANA TELES VERAS(OAB/PIAUI Nº 6073), APOENA ALMEIDA MACHADO(OAB/PIAUI Nº 3444)

Requerido: COMPANHIA ENEGERTICA DO PIAUI - CEPISA

Advogado(s):

DEPACHO: Intime-se a parte autora para se manifestar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas para requerer o que entender de direito, sob pena de extinção.

13.708. EDITAL - 1ª VARA DE PARNAÍBA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara de PARNAÍBA)

Processo nº 0004332-22.2012.8.18.0031

Classe: Procedimento Ordinário

Autor: JOSE MARQUES TEIXEIRA, ANTONIO MARQUES TEIXEIRA

Advogado(s): CÍCERO DE SOUSA BRITO(OAB/PIAUI Nº 2387)

Réu: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A

Advogado(s): FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES(OAB/MINAS GERAIS Nº 76696)

DESPACHO: "Considerando a existência de outros compromissos institucionais do ora signatário na mesma data na qual fora designada a presente audiência, tencionando evitar o deslocamento desnecessário das partes, bem como a realização de atos processuais inúteis, determino o cancelamento da audiência anteriormente apazada e designo nova data para o dia 13 de abril de 2016 às 12:30 horas, no fórum local." Ficando consignado que as partes deverão comparecer independente de intimação pessoal das mesmas.

13.709. EDITAL - 1ª VARA DE PARNAÍBA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara de PARNAÍBA)

Processo nº 0002080-41.2015.8.18.0031

Classe: Usucapião

Usucapiente: JORDANIA LIMA DE ANDRADE FERREIRA

Advogado(s): LENNON ARAUJO RODRIGUES(OAB/PIAUI Nº 7141)

Réu:

Advogado(s):



27
Zgla

TERMO DE REVISÃO

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, nesta Secretaria da 1ª Vara Cível, desta Comarca, procedi a revisão de fls. 01 a 27 incluindo esta última nos autos da Ação DE COBRANÇA - Nº 0001587-98.2014.8.18.0031, ajuizada por RAIMUNDA CLEMENTINA DA SILVA em face de SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT.

Parnaíba, 14 de abril de 2016


Analista Judicial

REMESSA

Aos quatorze dias do mês de abril de dois mil e dezesseis, nesta Comarca de Parnaíba, Estado do Piauí, nesta Secretaria, faço remessa dos autos ao Juizado Especial Cível.


Analista Judicial



28/04/16

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que autuei hoje a inicial e documentos que a instruem, no Livro próprio, sob número 858/2016, fls. 27v28. Processo encaminhado pelo juízo da 1ª Vara. Dou fé.

Parnaíba, 28 de abril de 2016.


Julio Cesar Mendes Bezerra
Diretor de Secretaria

CONCLUSÃO

Destes ao MM. Juiz de Direito do JECC.
Parnaíba, 28 de abril de 2016.


Julio Cesar Mendes Bezerra
Diretor de Secretaria



39
2

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA JECC PARNAÍBA - SEDE DA COMARCA DE PARNAÍBA

PROCESSO Nº: 0000600-72.2017.8.18.0123

CLASSE: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: RAIMUNDA CLEMENTINA DA SILVA

Réu: LÍDER SEGURADORA DO CONSÓRCIO DPVAT

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) MM. Juiz(a) de Direito da JECC Parnaíba - Sede da Comarca de PARNAÍBA, Dr.(a) MAX PAULO SOARES DE ALCÂNTARA para despacho.

PARNAÍBA, 18 de setembro de 2017


JULIO CESAR MENDES BEZERRA
Diretor(a) de Secretaria - Mat. nº 416675-2





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PARNÁIBA - SEDE
Av. São Sebastião, 1733, Fátima, CEP 64.202-020, Parnaíba/PI
E-mail: jecc.phb@tjpi.jus.br - Fone: (86) 3322-3273

30/
L

Processo n.º 858/16

DECISÃO

Rh.

Cuidam os autos de demanda de indenização securitária proposta por INCAPAZ na 1.ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba/PI, juízo que declinou a competência para este Juizado Especial Cível e Criminal, ao argumento de que houve a opção do autor pelo rito da Lei n.º 9.099/95, conforme se depreende da simples leitura da petição inicial.

Todavia, a competência dos Juizados Especiais não é absoluta, sendo inadmissível a remessa de ofício e, também, porque a opção pelo rito da Lei n.º 9.099/95 não deve ser imposta à parte, pois se trata de faculdade conferida ao litigante em optar – ou não – pelo rito dos Juizados Especiais ao tempo do ajuizamento da demanda.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL - CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - AÇÃO ORDINÁRIA DE COMPLÇÃO DE DPVAT - DISTRIBUIÇÃO DO FEITO À VARA CÍVEL - DECLÍNIO DA COMPETÊNCIA À UNIDADE DE DIREITO BANCÁRIO - REMESSA AO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - CONFLITO SUSCITADO - IMPOSSIBILIDADE DE REMESSA COMPULSÓRIA DO FEITO AO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - OPÇÃO DO AUTOR PELO RITO COMUM - FUNDAMENTO ACOLHIDO - RITO DA LEI 9.099/95 - FACULDADE CONFERIDA AO LITIGANTE - COMPLÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO - MATÉRIA AFETA AO JUÍZO CÍVEL - CONFLITO ACOLHIDO PARA RECONHECER A COMPETÊNCIA DA VARA CÍVEL. A competência da Unidade de Direito Bancário não abrange as causas relativas à cobrança de seguro DPVAT, matéria que, não estando no conceito de contrato de seguro típico, deve ser analisada pelas Varas Cíveis, sendo incabível compelir o autor a demandar pelo rito mais restrito do Juizado Especial". TJ-SC - Conflito de Competência CC 99142 SC 2008.009914-2 (TJ-SC).

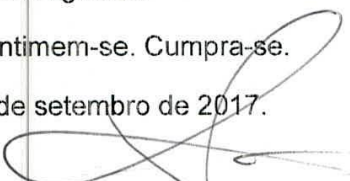
Não bastasse isso, o INCAPAZ não poderá ser parte no Juizado Especial, a teor do art. 8.º, *caput* e I, da Lei n.º 9.099/95, o que reforça a incompetência deste Juízo para processar e julgar esta demanda de indenização securitária.

Assim, DECLARO a incompetência deste juízo para processar e julgar esta causa e suscito o CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA (CPC, art. 66, II). Determino, pois, a remessa destes autos ao TJPI, por meio de ofício, para conhecimento e resolução do incidente, tal como previsto no art. 953, I, do CPC.

Dê-se baixa nos registros.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Parnaíba, 18 de setembro de 2017.


Max Paulo Soares de Alcântara
JUIZ DE DIREITO



31
2

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que intimei pessoalmente o Dr. José Cícero Ferreira Filho, advogado da requerente, do inteiro teor da decisão de fls. 30, ficando ciente e intimado. Dou fé.

Parnaíba, 19 de setembro de 2017.


Julio Cesar Mendes Bezerra
Diretor de Secretaria

Ciente em 19/09/2017


eABIRi 6858

CERTIDÃO

Certifico mais que expedi Ofício ao Exmo.Sr.Des. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, encaminhando os autos de conflito negativo de competência. Dou fé.

Parnaíba, 19 de setembro de 2017.


Julio Cesar Mendes Bezerra
Diretor de Secretaria



32

PROCESSO Nº 0000600-72.2017.8.18.0123
CLASSE: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: RAIMUNDA CLEMENTINA DA SILVA
Réu: LÍDER SEGURADORA DO CONSÓRCIO DPVAT

CERTIDÃO DE BAIXA E REMESSA

Certifico que, após dar baixa nos registros do sistema Themis Web, procedi a remessa do feito, ao Exmo.sr.Des. Presidente do Egregio Tribunal de Justiça do Piauí, para apreciação do conflito negativo de competência. Dado e passado nesta Comarca em 21 de setembro de 2017. Dou fé.


JULIO CESAR MENDES BEZERRA
Diretor(a) de Secretaria - Mat. nº 416675-2





TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PI

**ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
DISTRIBUIÇÃO DE 2º GRAU**

33
Pced
-1

CERTIDÃO

REGISTRADO SOB O Nº 0701018-13.2018.8.18.0000

CERTIFICO que os presentes autos foram registrados, digitalizados e armazenados no sistema de tramitação de processos judiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (PJe), passando a tramitar de forma eletrônica, nos termos do art. 3º do Provimento nº 4/2018, e ora estão sendo devolvidos à origem, conforme art. 1º do Provimento nº 28/2018. O que certifico é verdadeiro e dou fé.

Teresina(PI), 10 de agosto de 2018.

**Juciene Magalhães Cavalcante
Distribuidora Judicial de 2º Grau**



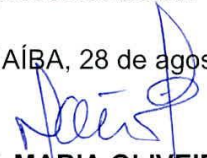
34
Recd

PROCESSO Nº 0000600-72.2017.8.18.0123
CLASSE: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: RAIMUNDA CLEMENTINA DA SILVA
Réu: LÍDER SEGURADORA DO CONSÓRCIO DPVAT

CERTIDÃO

Nesta data recebi os presentes autos.

PARNAÍBA, 28 de agosto de 2018


MARTA MARIA OLIVEIRA ARAÚJO
Secretário(a)



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador **21554745** e o código verificador **169DA.5B124.37BE1.7D222.1ADDA.450A2**.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA JECC PARNAÍBA - SEDE DA COMARCA DE PARNAÍBA

385
Jecc
-1

PROCESSO Nº: 0000600-72.2017.8.18.0123
CLASSE: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: RAIMUNDA CLEMENTINA DA SILVA
Réu: LÍDER SEGURADORA DO CONSÓRCIO DPVAT

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) MM. Juiz(a) de Direito da JECC Parnaíba - Sede da Comarca de PARNAÍBA, Dr.(a) MAX PAULO SOARES DE ALCÂNTARA para despacho.

PARNAÍBA, 28 de agosto de 2018


MARTA MARIA OLIVEIRA ARAUJO
Analista Judicial - Mat. nº 407.307-0



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 21554923 e o código verificador 8E7E7.1960B.FCE4E.2E377.B9ED0.E7F6D.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA JECC PARNAÍBA - SEDE DA COMARCA DE PARNAÍBA

36
Med

PROCESSO Nº: 0000600-72.2017.8.18.0123

CLASSE: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: RAIMUNDA CLEMENTINA DA SILVA

Réu: LÍDER SEGURADORA DO CONSÓRCIO DPVAT

DESPACHO

Rh.

Nos termos do Provimento TJPI n.º 28/2018 a demanda recursal deverá tramitar perante o segundo grau de forma digital, devendo os autos físicos ser desovlidos ao primeiro grau.

De tal modo, como se trata de processo com status BAIXADO, determino a sua remessa ao arquivo, falcultando desde logo eventual desarquivamento na hipótese de ajuizamento da pretensão executória. A este respeito, esclareço que ela poderá ser apresentada no sistema PJe, sem necessidade movimentar os autos físicos.

Intimem-se.

PARNAÍBA, 28 de agosto de 2018

MAX PAULO SOARES DE ALCÂNTARA
Juiz(a) de Direito da JECC Parnaíba - Sede da Comarca de PARNAÍBA



Documento assinado eletronicamente por MAX PAULO SOARES DE ALCÂNTARA, Juiz(a), em 28/08/2018, às 16:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 21571665 e o código verificador 9F6F9.C3360.4E677.7A540.842DE.E7CF8.



39
Jed

PROCESSO N° 0000600-72.2017.8.18.0123
CLASSE: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: RAIMUNDA CLEMENTINA DA SILVA
Réu: LÍDER SEGURADORA DO CONSÓRCIO DPVAT

CERTIDÃO DE ARQUIVAMENTO

Certifico que, após dar baixa nos registros do sistema Themis Web, procedi o arquivamento do feito e remeti ao arquivo deste Juizado Especial. Dado e passado nesta Comarca em 31 de agosto de 2018. Dou fé.


MARTA MARIA OLIVEIRA ARAUJO
Analista Judicial - Mat. nº 407.307-0



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 21619628 e o código verificador 817F3.C51E0.76C2C.F52E0.8F068.3DDDA.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ****COORDENADORIA JUDICIÁRIA CÍVEL - COOJUDCIV**

Pça Des. Edgard Nogueira s/n - Bairro Cabral - Centro Cívico - CEP 64000-830
Teresina - PI - www.tjpi.jus.br

38/6

Ofício Nº 35941/2019 - PJPI/TJPI/SEJU/COOJUDCIV

Teresina, 01 de novembro de 2019.

Senhores(as) Juízes(as) DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA
COMARCA DE PARNAÍBA-PI e da DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PARNAÍBA-PI,

Ao tempo que cumprimento,

Sirvo-me do presente para notificá-lo do acórdão lavrado nos autos do
CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 0701018-13.2018.8.18.0000 (origem
n. 0000600-72.2017.8.18.0123), para ciência e manifestação, se for o caso.

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **GABRIELA LUSTOSA LIRA, Analista**
Judiciário / Área Judiciária, em 01/11/2019, às 13:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei
11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php>
informando o código verificador **1379735** e o código CRC **2D4432BD**.

19.0.000097127-0

1379735v2

05/11/2019 10:22





39
2

01/11/2019

Número: **0701018-13.2018.8.18.0000**

Classe: **CONFLITO DE COMPETÊNCIA**

Órgão julgador colegiado: **3ª Câmara de Direito Público**

Órgão julgador: **Desembargador FRANCISCO ANTONIO PAES LANDIM FILHO**

Última distribuição : **25/04/2018**

Valor da causa: **R\$ 7.256,25**

Processo referência: **0000600-72.2017.8.18.0123**

Assuntos: **Pagamento, Seguro, Competência da Justiça Estadual**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes			Procurador/Terceiro vinculado	
JUÍZO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE PARNAÍBA-PI (SUSCITANTE)				
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PARNAÍBA-PI (SUSCITADO)				
			Documentos	
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo	
803608	23/08/2019 13:22	Acórdão	ACÓRDÃO SEGUNDO GRAU	





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ÓRGÃO JULGADOR : 3ª Câmara de Direito Público

CONFLITO DE COMPETÊNCIA (221) Nº 0701018-13.2018.8.18.0000

SUSCITANTE: JUIZO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE PARNAÍBA-PI

SUSCITADO: JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PARNAÍBA-PI

RELATOR(A): Desembargador FRANCISCO ANTONIO PAES LANDIM FILHO

EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE COBRANÇA. INCAPAZ. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL. IMPOSSIBILIDADE. ART. 8º DA LEI N. 9.099/95. PROCEDÊNCIA. COMPETÊNCIA DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PARNAÍBA – PI.

1. O art. 8º da Lei n. 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais) proíbe, expressamente, que incapaz figure como parte nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

2. Conflito procedente para declarar a competência da 1ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba – PI para processar e julgar a Ação de Cobrança n. 0001587-98.2013.8.18.0031.



Assinado eletronicamente por: FRANCISCO ANTONIO PAES LANDIM FILHO - 23/08/2019 13:22:00
<http://tjpi.pje.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19082313220044500000000793961>
Número do documento: 19082313220044500000000793961

Num. 803608 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: RAYOANA LEAL RODRIGUES - 13/11/2019 11:28:04
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19111311280177200000006851169>
Número do documento: 19111311280177200000006851169

Num. 7169258 - Pág. 50

40
1

RELATÓRIO

Trata-se de Conflito de Competência suscitado pelo JUÍZO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE PARNAÍBA – PI, em face do JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PARNAÍBA – PI, nos autos da Ação de Cobrança n. 0001587-98.2013.8.18.0031.

DECISÃO SUSCITANTE (ID 23147): O Juízo Suscitante declarou a sua incompetência para processar e julgar a Ação de Cobrança n. 858/16 e suscitou conflito negativo de competência, sob os seguintes argumentos: *i)* a competência dos Juizados Especiais não é absoluta; *ii)* é inadmissível a remessa de ofício ao Juizado Especial; *iii)* a opção pelo rito da Lei n. 9.099/95 não pode ser imposta à parte; *iv)* o incapaz não pode ser parte no Juizado Especial.

DECISÃO MONOCRÁTICA (ID 37967): Este relator determinou a remessa da Ação de Cobrança n. 0001587-98.2013.8.18.0031 para o Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba – PI, com o fito de julgar as questões urgentes do processo, com fulcro no art. 955 do CPC/15.

AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO JUÍZO SUSCITADO (ID 137377): Apesar de oficial para prestar informações, o Juízo suscitado ficou-se inerte.

PARECER MINISTERIAL (ID 240829): O representante do *Parquet* opinou pelo conhecimento e procedência do conflito de competência, a fim de que seja declarada a competência do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba – PI para processar e julgar a Ação de Cobrança n. 0001587-98.2013.8.18.0031.



Assinado eletronicamente por: FRANCISCO ANTONIO PAES LANDIM FILHO - 23/08/2019 13:22:00
<http://tjpi.pje.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19082313220044500000000793961>
Número do documento: 19082313220044500000000793961

Num. 803608 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: RAYOANA LEAL RODRIGUES - 13/11/2019 11:28:04
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19111311280177200000006851169>
Número do documento: 19111311280177200000006851169

Num. 7169258 - Pág. 51

PONTO CONTROVERTIDO: O ponto controvertido do presente conflito de competência consiste na competência para processar e julgar a Ação de Cobrança n. 0001587-98.2013.8.18.0031.

É o relatório.

VOTO

I. CONHECIMENTO DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA

Trata-se de Conflito Negativo de Competência ajuizado com fundamento no art. 953, I, do CPC/2015, suscitado por uma das autoridades conflitantes, nos termos do art. 268, II, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

Ademais, saliente-se que a competência para processar e julgar o presente conflito de competência é das Câmaras Direito Público, por se tratar de conflito de competência que envolve juízes de primeiro grau de jurisdição, em conformidade com o art. 81-A, II, "h", do Regimento Interno deste Tribunal.

Isto posto, **conheço do presente conflito negativo de competência**, tendo em vista que foi suscitado por parte legítima, que tem interesse processual para tanto, sendo meio idôneo para solucionar a questão de competência levantada.



Assinado eletronicamente por: FRANCISCO ANTONIO PAES LANDIM FILHO - 23/08/2019 13:22:00
<http://tjpi.pje.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19082313220044500000000793961>
Número do documento: 19082313220044500000000793961

Num. 803608 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: RAYOANA LEAL RODRIGUES - 13/11/2019 11:28:04
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19111311280177200000006851169>
Número do documento: 19111311280177200000006851169

Num. 7169258 - Pág. 52

41
2

II. MÉRITO

Trata-se de Conflito Negativo de Competência ajuizado nos autos da **Ação de Cobrança n. 0001587-98.2013.8.18.0031**, no qual se questiona se a competência para processar e julgar a referida ação é do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Parnaíba – PI, Juízo Suscitante, ou do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba – PI, Juízo Suscitado.

A referida Ação de Cobrança foi ajuizada por FELIPE DA SILVA SOUSA, menor incapaz, representado por sua genitora, RAIMUNDA CLEMENTINA DA SILVA, com o intuito de perceber a diferença de indenização de seguro DPVAT. Na inicial, o Autor requereu que o feito fosse processado pelo rito dos Juizados Especiais, nos termos da Lei n. 9.099/95.

Daí porque o Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba – PI, para o qual a demanda foi inicialmente distribuída, declinou de sua competência para processar e julgar o feito, determinando a remessa dos autos para o Juizado Especial Cível e Criminal.

Acontece que, como já ressaltado, a Ação de Cobrança originária possui como parte autora um incapaz. E o *caput* do art. 8º da Lei n. 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais) proíbe, expressamente, que incapaz figure como parte nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais:

Art. 8º Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

No mesmo sentido, o § 1º, I, do mencionado art. 8º da Lei n. 9.099/95 determina que “*somente serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial: I – as pessoas físicas [...]*”.

De fato, a proibição de incapaz figurar como parte junto a Juizado Especial decorre da necessidade de ele ter seus direitos assegurados e garantidos com maior precisão e segurança, o que vai de encontro com a



Assinado eletronicamente por: FRANCISCO ANTONIO PAES LANDIM FILHO - 23/08/2019 13:22:00
<http://tjpi.pje.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19082313220044500000000793961>
Número do documento: 19082313220044500000000793961

Num. 803608 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: RAYOANA LEAL RODRIGUES - 13/11/2019 11:28:04
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19111311280177200000006851169>
Número do documento: 19111311280177200000006851169

Num. 7169258 - Pág. 53

sistemática processual dos Juizados Especiais, que são regidos pelos princípios da oralidade, da informalidade, da simplicidade, dentre outros.

Por essas razões, entendo que assiste razão ao Juízo Suscitante quanto à impossibilidade de a Ação de Cobrança n. 0001587-98.2013.8.18.0031 tramitar perante os Juizados Especiais, sob pena de violação ao art. 8º da Lei n. 9.099/95.

III. DECISÃO

Isso posto, **CONHEÇO DO PRESENTE CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA**, eis que preenchidos os seus requisitos de admissibilidade, e voto pela sua **PROCEDÊNCIA**, para declarar a competência da 1ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba – PI para processar e julgar a Ação de Cobrança n. 0001587-98.2013.8.18.0031.

É como voto.

Des. FRANCISCO ANTÔNIO PAES LANDIM FILHO

Relator



Assinado eletronicamente por: FRANCISCO ANTONIO PAES LANDIM FILHO - 23/08/2019 13:22:00
<http://tjpi.pje.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19082313220044500000000793961>
Número do documento: 19082313220044500000000793961

Num. 803608 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: RAYOANA LEAL RODRIGUES - 13/11/2019 11:28:04
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19111311280177200000006851169>
Número do documento: 19111311280177200000006851169

Num. 7169258 - Pág. 54

42
2

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA JECC PARNAÍBA - SEDE DA COMARCA DE PARNAÍBA

PROCESSO Nº: 0000600-72.2017.8.18.0123

CLASSE: Procedimento do Juizado Especial Cível

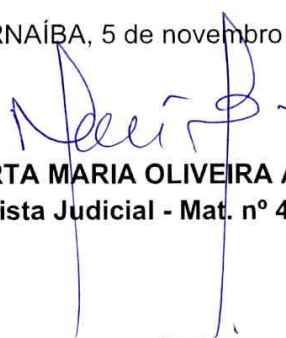
Autor: RAIMUNDA CLEMENTINA DA SILVA

Réu: LÍDER SEGURADORA DO CONSÓRCIO DPVAT

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) MM. Juiz(a) de Direito da JECC Parnaíba - Sede da Comarca de PARNAÍBA, Dr.(a) MAX PAULO SOARES DE ALCÂNTARA para despacho.

PARNAÍBA, 5 de novembro de 2019


MARTA MARIA OLIVEIRA ARAUJO
Analista Judicial - Mat. nº 407.307-0



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 27673224 e o código verificador 51A06.D42DF.AFA16.8EF8D.E9387.10640.



43
1

PROCESSO Nº: 0000600-72.2017.8.18.0123

CLASSE: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: RAIMUNDA CLEMENTINA DA SILVA

Réu: LÍDER SEGURADORA DO CONSÓRCIO DPVAT

DESPACHO

Rh.

Após a decisão do TJPI, determino a remessa dos autos à 1ª Vara Cível da
Comarca de Parnaíba.

PARNAÍBA, 6 de novembro de 2019

MAX PAULO SOARES DE ALCÂNTARA

Juiz(a) de Direito da JECC Parnaíba - Sede da Comarca de PARNAÍBA



Documento assinado eletronicamente por MAX PAULO SOARES DE ALCÂNTARA, Juiz(a), em 06/11/2019, às 11:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador **27696309** e o código verificador **6A1C5.91245.170A4.8DA90.5BB5F.42CE7**.



44/
2

PROCESSO N° 0000600-72.2017.8.18.0123
CLASSE: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: RAIMUNDA CLEMENTINA DA SILVA
Réu: LÍDER SEGURADORA DO CONSÓRCIO DPVAT

CERTIDÃO DE BAIXA

Certifico que procedi com a devida baixa dos presentes autos, no sistema Themis Web.

PARNAÍBA, 7 de novembro de 2019


MARTA MARIA OLIVEIRA ARAUJO
Analista Judicial - Mat. nº 407.307-0



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador **27709169** e o código verificador **D5575.2A338.09A61.72EDB.D6534.DBDB3**.



45
u

PROCESSO Nº 0000600-72.2017.8.18.0123
CLASSE: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: RAIMUNDA CLEMENTINA DA SILVA
Réu: LÍDER SEGURADORA DO CONSÓRCIO DPVAT

TERMO DE ARQUIVAMENTO E REMESSA À JUSTIÇA COMUM

Aos 07(SETE) dias do mês de NOVEMBRO de 2019, nesta cidade e comarca de Parnaíba, do Estado do Piauí, em atendimento à decisão do MM. Juiz de Direito deste Juizado Especial, procedi o ARQUIVAMENTO DEFINITIVO dos presentes autos e encaminhei o processo físico à Distribuição do Fórum desta comarca para os devidos fins. Eu, Marta Maria Oliveira Araujo, Analista Judicial do Jecrim. Nada mais, lavro este termo.

PARNAÍBA, 7 de novembro de 2019


MARTA MARIA OLIVEIRA ARAUJO
Analista Judicial - Mat. nº 407.307-0



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 27709206 e o código verificador D79FA.E7A90.885E0.EA5E7.70783.C8C75.



46
7

PROCESSO Nº 0001587-98.2014.8.18.0031

CLASSE: Procedimento Comum Cível

Autor: RAIMUNDA CLEMENTINA DA SILVA

Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONCSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

CERTIDÃO

CERTIFICO que os presentes autos foram recebidos da distribuição. O referido é verdade. Dou fé.

PARNAÍBA, 13 de novembro de 2019



FERNANDO CESAR FARIAS BEZERRA FILHO
Escrivão(ã) - Mat. nº 3505



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador **27791252** e o código verificador **5ED56.CAF0B.F9395.405A5.8A908.CA8FE**.

